

“PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA” EM CAMPINA GRANDE - PB: HABITAÇÃO PARA QUEM?

*“PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA” IN CAMPINA GRANDE - PB:
HOUSING FOR WHOM?*

Caline Mendes de ARAÚJO¹
Ana Cláudia Araújo DINIZ²

RESUMO

O presente estudo trata-se de uma análise acerca do Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV), desenvolvido em âmbito nacional e implementado pelo governo federal brasileiro. Semelhante a programas habitacionais pretéritos, o PMCMV apresenta alguns problemas relacionados à sua execução, ao destino dos recursos, as prioridades do programa, entre outros. Nesse sentido, a pesquisa em voga tem como objetivo analisar a implicação desse programa na cidade de Campina Grande – PB. Para tanto, lança mão também de uma discussão a respeito das políticas públicas bem como da história dos programas habitacionais no Brasil.

Palavras chave: Política Pública; Habitação; Programa Minha Casa, Minha Vida.

ABSTRACT

This study deals an analysis about the Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) developed and implemented nationwide by the Brazilian federal government. Similar to other previous housing programs, the PMCMV presents some problems related to its implementation, the destination of resources, the program priorities, among others. The purpose of this research is to analyze the implementation of this housing program, PMCMV, in the city of Campina Grande - PB. For this purpose also makes use of a discussion of public policy as well as the history of housing programs in Brazil.

Key words: Programa Minha Casa, Minha vida; Housing Programs, Public Policy.

¹ calinemendes@gmail.com

² ana_adiniz@hotmail.com

1. INTRODUÇÃO

As políticas públicas, como o próprio nome diz, devem ser voltadas ao atendimento das necessidades do coletivo. Elas podem estar ligadas a vários setores, a exemplo da saúde, educação, lazer, habitação, entre outros. A discussão acerca dessas políticas se faz bastante pertinente, uma vez que é através da reflexão que podemos entender e intervir melhor na elaboração e execução das mesmas.

Na história do Brasil algumas políticas públicas na área de habitação puderam se destacar a partir dos programas habitacionais, a exemplo da Fundação da Casa Popular (FCP), os programas do Banco Nacional de Habitação (BNH) e, atualmente, do Programa Minha Casa Minha Vida. Essas políticas públicas estiveram inseridas em contextos sócio-políticos diversos, mas tiveram também muito em comum.

Atualmente o PMCMV está em fase de execução em âmbito nacional e assim como os demais programas do governo federal relacionados à habitação apresenta algumas falhas relevantes no tocante ao desenvolvimento e aplicação do programa que serão discutidas aqui.

Nesse sentido o presente artigo tem como objetivo principal analisar o “Programa Minha Casa, Minha Vida” e a sua execução na cidade de Campina Grande – PB. Essa cidade de porte médio também já teve experiências com outros programas habitacionais, a exemplo do já citado BNH, e hoje se depara com a experiência mais recente desse modelo de intervenção estatal no setor de habitação. A experiência apresenta, além de desafios, muitos problemas, que serão discutidos adiante.

Diante disso, o texto divide-se basicamente em três partes, a saber: 1. Políticas Públicas: breve discussão; 2. Programas habitacionais no Brasil: uma história de problemas; 3. Programa Minha Casa Minha Vida: uma análise da cidade de Campina Grande – PB.

2. POLÍTICAS PÚBLICAS: BREVE DISCUSSÃO

As políticas públicas têm sido muito discutidas no âmbito das ciências humanas, sobretudo. É um tema de extrema importância, pois é algo que afeta a todos direta ou indiretamente, mas que ainda carece de mais debates e análises, tendo em vista que a sua efetivação deve (ou deveria) beneficiar a quem, de fato, delas necessita.

Para Azevedo Política Pública pode ser definida como “[...] tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p. 01).

A esse respeito, Teixeira (2002, p. 02) coloca que:

‘Políticas públicas’ são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos [...].

Segundo o referido autor, as políticas públicas possuem alguns objetivos que basicamente definem sua existência/implantação, que são: “[...] responder as demandas, principalmente dos setores marginalizados da sociedade [...], ampliar e efetivar direitos de cidadania, [...] promover o desenvolvimento [...], regular conflitos entre os diversos atores sociais [...]” (TEIXEIRA, 2002, p. 03). Dessa maneira, as políticas públicas deveriam estar intrinsecamente relacionadas e voltadas ao social.

Para Azevedo, algumas perguntas são fundamentais para que possamos discutir as políticas públicas, são elas: “[...] qual o objetivo? Quem financia? Quem vai implementar? Quais serão os beneficiados?” (AZEVEDO, 2003, p. 01). A partir do exposto aqui tentaremos, ao longo do texto, responder essas questões a

respeito do Programa Minha Casa Minha Vida e sua implantação na cidade de Campina Grande.

De acordo com Azevedo (2003, p. 02) existem três tipos de Políticas Públicas, são elas: “(i) políticas públicas redistributivas; (ii) políticas públicas distributivas; (iii) políticas públicas regulatórias”. Sobre o tipo de política pública (i), Azevedo comenta: “O objetivo das políticas públicas redistributivas é redistribuir renda na forma de recursos e/ou de financiamento de equipamentos e serviços públicos” (idem).

O Programa Minha Casa Minha Vida, no cerne desta discussão, insere-se no tipo de política redistributiva, tendo em vista que o mesmo se trata de um programa que visa (teoricamente) redistribuir renda, através de financiamentos para aquisição de moradia. A esse respeito o autor exemplifica:

Um exemplo desse tipo de política é a realocação de recursos orçamentários para os setores mais pobres da população por meio de programas sociais, tais como programas habitacionais, de regularização fundiária, de educação infantil, programa do médico de família, de “renda mínima”, entre outros. (AZEVEDO, 2003, p. 03).

Nesse cenário, o Programa Minha Casa Minha Vida apresenta-se como uma Política Pública Redistributiva, voltada à área da habitação e por se encontrar em vias de implantação, não se pode prever todos os seus impactos, pois,

São tantas as variáveis que podem interferir na implementação de uma determinada política pública, que é impossível prever todos os seus impactos. No entanto, eles sempre existem e podem ser de dois tipos: positivos e/ou perversos. (AZEVEDO, 2003, p. 03).

Considerando esses dois tipos de impactos, percebe-se que, já de início, o PMCMV apresenta vários aspectos negativos e que serão discutidos nos próximos tópicos, pois a sua execução tem ido de encontro ao conceito de política pública entendida enquanto” [...]

ações governamentais dirigidas coletivamente para o bem da sociedade [...]” (PORTO, 2007, p. 40), tendo em vista que tem favorecido outros setores da sociedade em detrimento dos sujeitos a quem realmente deveria ser destinada essa política.

3. PROGRAMAS HABITACIONAIS NO BRASIL: UMA HISTÓRIA DE PROBLEMAS

Os Programas Habitacionais brasileiros, desde o seu início, mostraram-se problemáticos. Tiveram origem com a abertura do órgão chamado Fundação da Casa Popular (a partir de 1946) que,

[...] representou o primeiro órgão em âmbito nacional voltado para prover habitações às populações de baixa renda, visto que as instituições preexistentes (Institutos, Caixas de Pensão e Aposentadorias) atuavam no setor de habitação de forma fragmentada e limitada apenas aos seus sócios. (SOUZA, 2009, p. 119).

Já nessa época a política pública voltada para os mais pobres era motivo de clientelismos e barganhas político-eleitorais e beneficiava uns em detrimento de outros. As palavras de Azevedo e Andrade, 1982 *apud* SOUZA (2009, p. 11) sobre esse fato são emblemáticas:

[...] o clientelismo político norteou toda a atuação da FCP, e as elites dirigentes utilizaram esse órgão como um meio para angariar votos nos setores populares e para se contrapor à grande penetração popular que, na época, tinha o Partido Comunista.

Essa forma de troca de favores é ainda muito presente nos dias de hoje, além de, nesse caso, mostrar-se como um problema histórico, no qual a necessidade dos mais pobres transforma-se em degraus e palanques para algumas figuras políticas.

Sobre esse programa, Souza (2009, p. 121) afirma:

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

A política habitacional, originalmente pensada como redistributivista, transformou-se em uma política limitada pela barganha político-eleitoreira. A partir da ótica distributivista adotada, a FCP construiu 143 conjuntos habitacionais, totalizando cerca de 17 mil habitações, no período que se insere entre a sua fundação, em 1947, e o final dos anos 1960. Os critérios de implantação desses conjuntos eram comuns para todos os municípios brasileiros, e as decisões de onde, como, quanto e quando construir, bem como a distribuição das casas entre os numerosos pretendentes, obedeciam sempre a critérios de conveniência político-eleitoreira e de interesse comercial das construtoras.

Nesse caso, percebe-se que, além do clientelismo que se pode identificar durante a execução dos programas pela FCP, constata-se que a padronização dos conjuntos habitacionais, sem considerar as especificidades locais, familiares, entre outros, além do favorecimento das construtoras em detrimento do povo, já se faziam presente na época, confirmando que o problema das políticas habitacionais no Brasil é histórico.

Com o fim da FCP, em 1964, surge o BNH. Segundo Souza (2009, p. 121), o BNH “[...] é instituído juntamente com mecanismos que, com ajustamentos posteriores, compuseram o complexo Sistema Financeiro de Habitação visando implantar a nova Política Nacional de Habitação Popular”.

Durante a execução dessa política muitos problemas puderam, também, ser verificados. Souza sintetiza alguns deles

Dos 4,5 milhões de moradias construídas com financiamentos do Sistema Financeiro de Habitação, entre 1964-86, apenas 1,5 milhão (33%) destinou-se à população de baixa renda, sempre em conjuntos habitacionais localizados nas periferias urbanas, onde a terra era barata por não haver acesso a infraestruturas de saneamento básico e transporte coletivo, nem equipamentos comunitários de educação, saúde, lazer e cultura, e não apresentar oferta de empregos. (SOUZA, 2009, p. 122).

A autora continua:

O Programa Construção de Conjuntos Habitacionais, tradicionalmente implantados na primeira fase de atuação do BNH, formulado sem subsídio, estabelecia um patamar de acesso que inviabilizava as famílias com renda abaixo de 2 salários mínimos. Suas diretrizes eram extensivas a todos os municípios brasileiros, apesar das suas profundas diferenças em termos de necessidades habitacionais (Souza, 1991, 1993 apud SOUZA, 2009, p. 122, grifo da autora).

A partir do exposto, nota-se que aos pobres pouco foi destinado dos recursos aplicados no programa. E além de o número de unidades habitacionais destinadas a essas famílias pobres ter sido pouco expressivo, as unidades habitacionais oferecidas apresentavam características bastante preocupantes.

Esses aspectos diziam respeito: ao tipo de habitação, com baixa qualidade; à distância dos conjuntos, que se localizavam em áreas longínquas, onde os valores dos terrenos eram mais baixos, ficando para os mais abastados os melhores terrenos; à falta de acesso a serviços e equipamentos coletivos, entre outros.

O acesso das pessoas mais pobres era bastante dificultado tendo em vista que a renda das mesmas que não se encaixava nos critérios de classificação do programa. Outro grave problema é que, independente das variáveis de cada região, das particularidades de cada família (como o número de pessoas, por exemplo) os investimentos se davam de maneira padronizada.

De acordo com Maia (2013, p. 03): “[...] as habitações construídas pelo BNH se constituíam em unidades unifamiliares ou multifamiliares dependendo da cidade, mas sempre eram edificadas de forma uniforme, despersonalizadas, anônimas e principalmente desarticuladas da cidade [...]”.

Como forma de atingir a camada mais pobre da população, surgiram, entre as ações do BNH, os denominados programas habitacionais alternativos.

Os programas alternativos ao programa convencional de construção de conjuntos habitacionais, formulados no final da década de 1970, trazem implícitos o reconhecimento da necessidade do subsídio para promover o acesso das famílias mais pobres aos programas habitacionais, caracterizando a segunda

fase de atuação do BNH (SOUZA, 1991, 1993 apud SOUZA, 2009, p. 123).

Nesse contexto, as pessoas mais pobres tiveram, à margem dos programas convencionais, a possibilidade de ter sua moradia, assim como as demais classes sociais. Apesar da oferta, em relação à demanda, ser ainda irrisória.

Nota-se que houve grande dificuldade por parte das camadas sociais menos abastadas com relação à aquisição dos financiamentos para a casa própria, seja através de mercado privado como também dos programas públicos. Maricato (2008, p. 132) afirma que: “O acesso ao mercado privado é tão restrito e as políticas sociais tão irrelevantes que à maioria da população sobram apenas as alternativas ilegais ou informais.”

Dando continuidade aos programas habitacionais do governo e substituindo as ações do BNH, extinto em 1986, a Caixa Econômica Federal assumiu as ações voltadas à construção de moradia para população brasileira. Nesse contexto, “**Caixa Econômica Federal** - herdeira das funções do BNH – formula os diversos programas habitacionais implantados no contexto da crise do SFH”. (SOUZA, 2009, p. 123, grifo da autora).

O Ministério das Cidades é criado em 2003 e em 2009 tem início o “Programa Minha Casa, Minha Vida”, o mais relevante programa habitacional da atualidade. As palavras de Cardoso contribuem para que entendamos o período que compreendeu da extinção do BNH à implantação do Programa Minha Casa Minha Vida:

A política habitacional brasileira, após a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), passou por longo período sem dispor de aparato institucional e de recursos consolidados que possibilitassem ações contínuas e integradas. A partir de 2003, foi observado um processo de construção da política nacional habitacional baseada nos princípios da participação popular, do planejamento e da integração das políticas urbanas. Durante este período foi criado o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social- SNHIS, que buscava criar fluxo de recursos para habitação e estruturar os mecanismos de gestão para a

implantação de uma política habitacional sólida para o país. Contudo, em 2008, a crise econômica internacional influenciou nas decisões políticas e fez com que o governo instituisse o Programa Minha Casa Minha Vida, visando alavancar a economia através do setor da construção civil (CARDOSO, 2011, p. 01).

Pode-se verificar que uma das principais metas do Programa, na verdade, foi o aquecimento da economia, o que demonstra que o social não aparece como prioridade, assim como verificado em outras intervenções estatais no setor da habitação.

A criação do “Programa Minha Casa, Minha Vida” em 2008, (e implantação em 2009,) ocorreu no interior de um Programa maior, o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento). No tópico seguinte será feita uma discussão específica a respeito do PMCMV.

4. PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA: UMA ANÁLISE SOBRE A CIDADE DE CAMPINA GRANDE-PB

O programa Minha Casa Minha Vida foi criado em 2008 e passou a ser implantado em março de 2009 no governo do “Presidente Luís Inácio Lula da Silva através da Medida Provisória de nº 459, de 25 de março de 2009”. (D’AMICO, 2011, p.35). Possui abrangência nacional e foi consolidado pela Lei N. 11.977, de 7 de julho de 2009.

As fontes de financiamentos e os valores destinados foram: R\$ 25,5 bilhões do Governo Federal, R\$ 7,5 bilhões do FGTS e R\$ 1 bilhão do BNDES (Fonte: SINDUSCONPA). O critério de destinação desses recursos é o déficit habitacional de cada estado. Para tanto, a Caixa Econômica Federal foi designada para a execução do programa.

A seguir são elencados os agentes envolvidos com/para a realização do Programa e suas respectivas funções:

Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

1. Governo federal (financiamento);
2. Estados e municípios (cadastramento);
3. Empreendedoras (construção);
4. Movimentos sociais (construção e acompanhamento).

Sabe-se que essas são as ações que deveriam ser realizadas por cada um dos agentes elencados, mas na prática, os movimentos sociais, por exemplo, possuem participação inexistente ou bastante rarefeita.

De acordo com Maricato (2008, p. 129), “não há solução para o problema habitacional sem intervir em aspectos fundamentais que embasam o poder na sociedade brasileira como o patrimonialismo e a captação das rendas imobiliárias”. E as grandes atuantes no programa analisado são, na verdade, as construtoras. Isso reflete o fato de que “A maioria dos moradores da cidade não conseguem participar das decisões sobre seu cotidiano e pensar sobre os problemas que os afligem” (SANTOS, 2008, p. 18).

No que se refere aos objetivos do Programa, além de construir moradia para as pessoas com baixa renda, também visa à geração de emprego e renda através da construção civil e do crescimento econômico. O problema é que o emprego neste setor tem caráter temporário e a renda não significa desenvolvimento, mas crescimento econômico em curto prazo.

Assim, o programa deveria visar a sua prioridade: prover famílias com habitação digna. Os outros aspectos, como o aumento de emprego na área (ainda que temporário), por exemplo, devem ser meios e não fim. Deveria ainda priorizar, como consta em seus objetivos, o acesso à habitação de qualidade aquelas famílias que não dispõem de recursos suficientes para ter acesso à moradia por muitos outros meios, como o mercado imobiliário dito formal.

Além de toda essa problemática, quando há o acesso às moradias, por parte dos mais pobres as mesmas não possuem a infraestrutura necessária em relação às necessidades dos moradores. Essas habitações localizam-se, com frequência, em

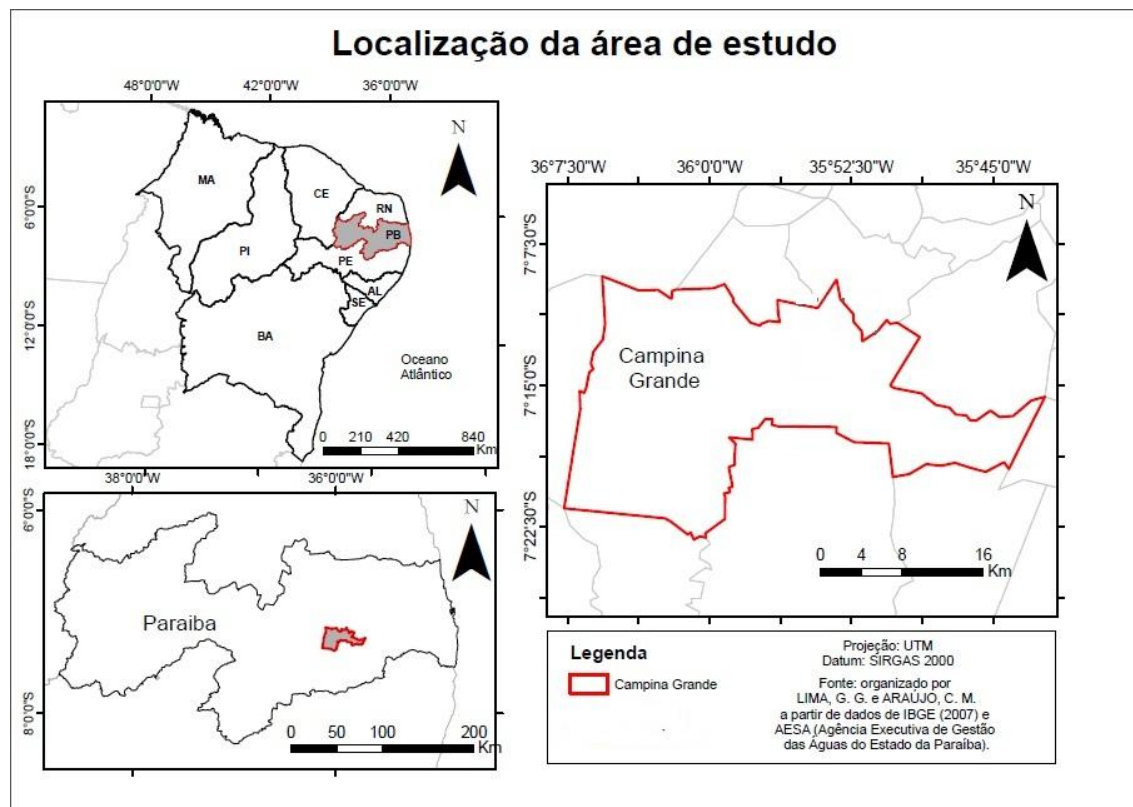
Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Espaciais, Recife, V. 03, N. 02, 2014

áreas distanciadas do centro, onde os valores dos terrenos são mais baixos e conseqüentemente pouco dotados de infraestrutura, gerando, assim, a periferização dos espaços ocupados pelos mais pobres, como é destacado por Maia (2010, p. 01):

Na cidade de Campina Grande – PB, no Nordeste Brasileiro, verificou-se na atualidade a permanência do seu espraiamento, da sua dispersão, da sua fragmentação e ainda da formação de uma periferia não homogênea, mas sim, com grandes contrastes socioespaciais.

A cidade de Campina Grande (Mapa 1) se localiza no interior da Paraíba, distanciando-se aproximadamente 120km da capital, e possui 385.213 habitantes, cerca de 594,182 km² (IBGE, 2010).

Mapa 1: Localização de Campina Grande – PB



Percebe-se que, dentre estes bairros, existem aqueles em que a população vive em situação de risco por habitarem, por exemplo, em áreas com altos índices de alagamento, como margens de riachos e canais, com o esgoto a céu aberto e outros problemas.

Os problemas relacionados à habitação nessa cidade, assim como em várias outras do Brasil, são históricos. Eles se relacionam à infraestrutura, localização precária das habitações (córregos de riachos e áreas íngremes, por exemplo), falta de acesso à moradia, difícil acesso ao mercado imobiliário formal, entre outros. Nessa cidade:

O crescimento populacional urbano acelerado a partir dos anos 40-50, pela migração rural (gerando o chamado **boom** urbanístico) provocou, entre outros, um grave problema econômico-social: a crescente defasagem entre a declinante disponibilidade de espaço habitável (casas de moradia e infra-

estruturas urbanas) e a sua elevada demanda, ou seja, um descompasso entre a oferta e a demanda de moradias e serviços urbanos, acessíveis às classe populares. A favelização crescente das cidades é a consequência principal desse desequilíbrio. (SILVA, 1987, p. 29).

Nesse contexto, Campina Grande foi inserida em alguns programas habitacionais que, como no país de maneira geral, não foram suficientemente eficazes na solução efetiva desses problemas, tendo em vista que o poder público age de forma desigual no espaço dando prioridade a alguns grupos em detrimentos de outros. Sobre esse assunto temos a citação abaixo:

A primeira forma como o Poder Público pode interferir diretamente no aumento/expansão dos processos de exclusão social no interior das cidades capitalistas se dá através da alocação de investimentos públicos, principalmente em infraestrutura urbana, de forma diferenciada para as diferentes classes sociais. (VIEIRA, 2009, p. 278).

O autor continua:

Uma segunda forma como o Poder Público Municipal influenciaria no acirramento e manutenção dos processos de exclusão social é na elaboração/formulação de políticas habitacionais, pois o planejamento habitacional reforça as tendências excludentes na urbanização brasileira. (VIEIRA, 2009, p. 278).

No que diz respeito ao Programa Minha Casa Minha Vida, em Campina Grande serão construídas 1948 unidades habitacionais nos bairros de Três Irmãs e Cidades, e o valor do projeto é de R\$ 91.208.626,86 (CEHAP). Esse valor é bastante alto para o número das moradias a serem construídas, sem contar que esse número está muito aquém das reais necessidades habitacionais da cidade.

As casas do projeto estão inseridas nos loteamentos Raimundo Suassuna e Acácio Figueiredo, que se situam precisamente nos bairros das Cidades e Três Irmãs, respectivamente.

Maia (2013, p. 10) comentando os dados do IBGE (último censo) afirma que em Campina Grande [...] foram contabilizados 126.131 domicílios particulares, destes, 10.202 encontram-se fechados, não ocupados, o que corresponde a 10,20%. Ou seja, existem habitações vazias e pessoas sem moradia. A discrepância de distribuição de renda pode ser verificada nesses dados, comprovando que apenas a discussão sobre o déficit habitacional não é suficiente para a compreensão deste processo.

Campina Grande possui 385.213 habitantes e 18 Aglomerados Subnormais (IBGE, 2010), além das áreas de risco. Analisando o número de unidades habitacionais vazias e a oferta do “Programa Minha Casa, Minha Vida”, juntamente com as reais necessidades habitacionais das famílias da cidade de Campina Grande.

Percebe-se que além das desigualdades sociais entre classes, existem as diferenças de atuação do poder público, segundo cada uma delas, onde a camada social com maior poder aquisitivo acaba por possuir benefícios para a participação no programa em questão, acarretando assim um desvio com relação ao proposto pelo PMCMV.

A execução desse programa na cidade, assim como outros programas desenvolvidos no passado, mostra que além de históricos os problemas são persistentes e as “soluções” são insuficientes. Alguns grupos são favorecidos, enquanto famílias constituídas, muitas vezes também, por idosos, crianças, portadores de necessidades especiais padecem e têm que sobreviver em habitações precárias e não raro com características sub-humanas.

Com relação aos problemas do Programa, pode-se destacar ainda a questão da sua padronização excessiva, independente da região e da cidade em que moram as famílias. E as unidades habitacionais serão as mesmas ou bastantes semelhantes, a exemplo do que pode ser verificado na cidade de Campina Grande – PB.

No âmbito destes programas habitacionais não se leva em conta o “perfil” dos interessados, não importa, por exemplo, se os eles moram em uma cidade ribeirinha do Amazonas ou em uma cidade de uma grande metrópole como São Paulo, ou ainda em uma cidade nordestina de porte médio, como Campina Grande ou ainda se as famílias têm 2, 6 ou 10 membros, por exemplo, os projetos serão desenvolvidos de forma semelhante e padronizada.

Nota-se também que nesses programas sobram para os mais pobres as áreas mais distantes, desprovidas de infraestrutura e com uma baixa qualidade construtiva.

Além do que, quando se constroem casas mais distantes para os pobres, as áreas intermediárias (entre os espaços distantes destinados aos pobres e o centro) tendem a serem valorizadas e serão aproveitadas para investimentos das classes com maior renda, com a vantagem, para elas, de quando esses investimentos acontecerem já haver certos serviços públicos instalados anteriormente.

Esses problemas são ainda acentuados face à ausência de participação social/popular na maioria dos estados onde o Programa está sendo implementado. Assim, as principais beneficiadas são as empresas envolvidas com o setor da construção civil.

Essa vantagem que as empreendedoras levam em relação à população se dá porque, além de elas terem acesso aos investimentos públicos, a procura pelo programa por pessoas que atingem a faixa de renda acima de 3 salários mínimos é bastante grande. Nesse caso, cresce a demanda, aumenta a oferta e crescem os lucros dessas empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O “Programa Minha Casa, Minha Vida”, assim como os demais programas habitacionais existentes no Brasil no passado, apresenta grandes problemas. É uma política pública que está muito aquém de atingir os objetivos propostos inicialmente, tendo em vista que beneficia mais os setores privados ligados ao mercado imobiliário e as empresas da construção civil do que propriamente à demanda real por moradia.

O fato de o programa criar, em curto prazo, alguns empregos no setor da construção civil e assim gerar alguma renda não significa que o mesmo tenha cumprido com as suas metas. Além do que a construção de habitações deveria priorizar as pessoas com baixo poder aquisitivo e na prática, essas pessoas pouco estão tendo acesso ao mesmo.

Quando há esse acesso, ele é feito de forma bastante “complicada” uma vez que o programa não leva em conta as especificidades das famílias de cada região contemplada. Independente do local de moradia ou do número de membros das famílias atendidas, o projeto de construção das habitações é o mesmo ou muito semelhante.

Outra questão é a falta de qualidade das habitações, que já se mostram muito frágeis no início da execução do programa. Nota-se também que as áreas reservadas para a moradia da população de baixa renda são, geralmente, os locais mais afastados dos centros. Esses espaços também são menos beneficiados com relação à infraestrutura urbana (saneamento básico, energia elétrica, serviços, etc.). Sendo assim essas áreas caracterizam-se como espaços de baixo valor imobiliário, logo desinteressantes para as camadas com maior renda.

Por fim cabe destacar que, em Campina Grande, o programa não tem sido suficientemente capaz de cumprir com as metas inicialmente propostas. Em síntese, destacam-se os principais problemas trazidos pelo programa, a saber: aumento no valor das terras e conseqüente especulação imobiliária, periferização

da habitação para os pobres, baixa qualidade nas moradias, alta lucratividade das empresas da construção civil, entre outros impactos negativos.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). Políticas públicas e gestão local: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

CALEGARI, Ana; SILVEIRA, DARLENE. **Política pública de habitação e a execução do projeto habitacional "residencial Flor do Campo" no município de Araranguá-SC**. Em: <<http://www.egem.org.br>>. Acesso em: 25 de maio de 2013.

CARDOSO, A. L; ARAGÃO, T. A; ARAUJO, F. S. Habitação de interesse social: política ou mercado? Reflexos sobre a construção do espaço metropolitano. In: XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011. Anais.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO POPULAR.

<<http://www.cehap.pb.gov.br/obras>>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

COSTA, Juniana Camargo (orgs). **O desenvolvimento econômico brasileiro e a Caixa: trabalhos premiados**. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento: Caixa Econômica Federal, 2011.

FIEP. Perfil sócio econômico de Campina Grande. Setembro de 2005.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. Censo Demográfico – 2010. <www.censo2010.ibge.gov.br>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

Instituto Brasileiro De Geografia E Estatística – IBGE. Censo Demográfico – 2010.<<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

Programa "Minha Casa, Minha Vida": Medidas Provisórias 459 e 460. Em: <<http://www.sindusconpa.org.br/arquivos/File/castilha-minhacasa-minhavid.pdf>>. Acesso em: 04 de junho de 2013.

MAIA, Doralice S. A periferização e a fragmentação da cidade: loteamentos fechados, conjuntos habitacionais populares e loteamentos irregulares na cidade de Campina Grande-PB, Brasil. **Scripta Nova**. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1 de agosto de 2010, vol. XIV, nº 331 (80). <<http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-331/sn-331-80.htm>>. [ISSN: 1138-9788].

MAIA, D. S. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa - PB e Campina Grande - PB. In: XV Encontro Nacional da ANPUR. Recife, 2013. Anais.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades:** alternativas para a crise urbana. 3ªed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

Minha Casa Minha Vida vai construir 1.948 moradias em CG e beneficiar quase 8 mil famílias. Em: <<http://www.paraiba.com.br/2012/07/12/49147-minha-casa-minha->

[vida-vai-construir-1948-moradias-em-cg-e-beneficiar-quase-8-mil-familias](http://www.paraiba.com.br/2012/07/12/49147-minha-casa-minha-vida-vai-construir-1948-moradias-em-cg-e-beneficiar-quase-8-mil-familias)>. Acesso em: 10 de junho de 2013.

PORTO, F. E. **O mapa da cidade:** o papel das políticas públicas e suas relações com o crescimento urbano da cidade de Campina Grande - PB. CampinaGrande, 2007. p. 94. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências da Sociedade). Universidade Estadual da Paraíba.

SANTOS, Regina Bega dos. **Movimentos sociais urbanos**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

SILVA, Iranise Alves. **A crise da moradia:** políticas habitacionais para as classes de baixa renda de Campina Grande - PB. Rio de Janeiro: Livraria AGIR editora, 1987.

SOUZA, Maria Angela de Almeida. Pensando a Política Nacional de Habitação para a Diversidade das Famílias e dos Municípios Brasileiros. In: BITOUN, Jan; MIRANDA, Livia Izabel Bezerra de Miranda (Org.). **Desenvolvimento e Cidades no Brasil: Contribuições para o Debate sobre as Políticas Territoriais**. Rio de Janeiro: Fase/Observatório da Metrópoles, 2009.